

INCLUSÃO EDUCACIONAL E A PRÁTICA DE ENSINO NO ÂMBITO DO AEE

Keline Mayra de Santana; Claudia Danielle Oliveira de Lima; Rosiane Francisco da Silva
kelinemayra1@hotmail.com; danielleoliveira_al@hotmail.com; roseastral@hotmail.com

Resumo: O presente estudo objetiva realizar de forma sucinta uma reflexão a respeito dos aspectos que fundamentam o processo da inclusão social e educacional, visando relatar experiências exitosas realizadas na sala de AEE-Atendimento Educacional Especializado, na rede regular de ensino da Cidade de Jequiá da Praia-AL. Apresentando relatos de boas práticas de ensino que deram certo no âmbito do AEE, tendo em vista a demanda e o desejo da escola em proporcionar uma educação com condições de acesso e qualidade. A ideia de adequar uma sala, adaptações para o mobiliário, equipamentos, adaptações de jogos e atividades pedagógicas foram sendo estabelecidas, além de propor recursos a serem desenvolvidos junto com as crianças estabelecendo assim uma proposta de ensino-aprendizagem. Bem como o papel fundamental do educador em buscar capacitação para atender a demanda, com isso corresponder às propostas de adaptações e o novo contexto a ser inserido na escola, sendo o educador agente transformador de fundamental importância, responsável não só em dinamizar o ambiente, como também propor novas perspectivas de aprendizagem, a sala de recurso e suas funcionalidades. Em resumo cabe ao professor do AEE realizar uma avaliação das necessidades e potencialidades dos alunos atendidos, assim foi elaborado um plano de AEE para uma aluna com síndrome de Down, nesse plano contem propostas de atividades lúdicas e significativas que implementam o uso de tecnologia assistiva de baixo custo, e que desperte o interesse da aluna para compreender determinados assuntos de forma sucinta através de jogos adaptados. Aqui estarão relatos de boas práticas de ensino, pensadas para proporcionar condições de aprendizagem e valorizando as diversas formas de aprender, mas que somente a partir da compreensão das necessidades presentes, podemos nos colocar diante do novo compromisso que vem sendo assumido, para a garantia do acesso e qualidade no processo educacional.

Palavras-chave: Inclusão escolar, atividades lúdicas, Atendimento Educacional Especializado AEE

Introdução

Nos debates atuais a respeito da inclusão, o ensino escolar brasileiro tem diante de si o desafio de encontrar soluções que respondam à questão de acesso e da permanência dos alunos nas suas instituições educacionais. Vale ressaltar que, algumas escolas públicas e particulares já adotam ações nesse sentido, ao proporem mudanças na sua organização pedagógica, de modo a reconhecer e valorizar as diferenças (MANTOAN, 2008, p.15).

Torna-se inclusiva a unidade escolar que reconhece as diferenças dos seus alunos em relação ao processo de ensino e aprendizagem, garante a participação e o desenvolvimento de todos. Um ensino de qualidade adota transformações de ideias e atitudes, práticas pedagógicas inovadoras em sala de aula, reorganização da escola e envolve toda a equipe escolar nessa mudança. O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é o documento norteador dessas ações, devendo ser elaborado por profissionais da escola, pais e alunos da comunidade. A LDBEN/96, no seu artigo 14, estabelece:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: participação dos



profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola; participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996).

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008b¹) vem reafirmar o direito de todos os alunos à educação no ensino regular, objetivando combater o paralelismo da Educação Especial ao ensino comum, sendo essa instituída como uma modalidade de ensino.

O texto desse documento define a Educação Especial como sendo:

[...] uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (Brasil, 2008b, p.10).

Atualmente, as discussões sobre os aspectos que constituem a educação no cenário da educação inclusiva fazem emergir outros olhares para a educação de alunos com deficiência. O movimento de “educação para todos” proposto pelo governo federal enfatiza as diferenças existentes nos espaços escolares, ressaltando a utilização de modos individuais de aprendizagem e, desse modo, convida-nos a repensar nossa atuação profissional, fazendo-nos refletir, acima de tudo, sobre qual a melhor forma de desenvolvermos uma educação que, ao mesmo tempo em que é para todos, deve ser para cada um. (MENEZES,CANABARRO,MUNHOZ, 2012, p.163)

Desse modo, a educação inclusiva é um processo amplo, que abrange a inclusão de pessoas com deficiências ou distúrbios de aprendizagem em classe regular de ensino em todos os seus graus. Surge e se ampara em um conceito mais amplo de sociedade inclusiva, que vai mais além dos pressupostos da inclusão social, está fundado no princípio da universalidade dos direitos sociais, cujo conceito de cidadania não pode ser um conjunto de direitos naturalmente garantidos porque transformados em lei. A cidadania deve ser fruto de uma ação coletiva organizada, cuja prática social terá de ser reinventada no cotidiano (GALHEIRO, 2003).

¹ Educação em 07 de janeiro de 2008. POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. Brasília.

Para tanto o conceito de cidadania não pode ser um conjunto de direitos naturalmente garantidos porque transformados em lei. A cidadania deve ser fruto de uma ação coletiva organizada, cuja prática social terá de ser reinventada no cotidiano (GALHEIRO, 2003).

Fundamentação teórica

Buscando na história da educação, constata-se que até o século XVIII, grande parte das noções a respeito da deficiência eram basicamente ligadas a misticismo e ocultismo, havendo pouca base científica para o desenvolvimento de noções realísticas (MAZZOTA 2005, p.16). A falta de conhecimento sobre as deficiências fazia com que essas pessoas fossem marginalizadas, ignoradas.

Continuando com (Mazzoto, 2015, p27) Inspirados em experiências concretizadas na Europa e Estados Unidos, alguns brasileiros iniciaram, já no século XIX, a organização de serviços para atendimento a cegos, surdos, pessoas com deficiências mentais e físicas. Durante muito tempo tais atendimentos caracterizavam-se como iniciativas oficiais e particulares isoladas, refletindo o interesse de alguns educadores pelo atendimento educacional dessas pessoas com deficiência. Somente no final dos anos 50 e início da década de 60 do século XX, é que ocorre a inclusão da Educação Especial na política educacional brasileira (Id, p.27)

Inicialmente, as políticas tinham caráter assistencialista e, podemos considerá-las discriminatórias, é a partir delas que outras iniciativas foram sendo paulatinamente desenvolvidas e aprimoradas, até chegarem ao que temos hoje.

Dois grandes desafios de imediato estão colocados para os sistemas de ensino e para a sociedade brasileira: fazer que os direitos ultrapassem o plano do meramente instituído legalmente e construir respostas educacionais que atendam às necessidades dos alunos. (PRIETO 2006, p.69).

Pietro, (2006) ainda ressalta ao referido modelo, o objetivo na inclusão escolar é tornar reconhecida e valorizada a diversidade como condição humana favorecedora da aprendizagem. Nesse caso, as limitações dos sujeitos devem ser consideradas apenas como uma informação sobre eles que, assim, não pode ser desprezada na elaboração dos planejamentos de ensino. A ênfase deve recair sobre a identificação de suas possibilidades, culminando com a construção de alternativas para garantir condições favoráveis à sua autonomia escolar e social, enfim, para que se tornem cidadãos de iguais direitos.

Metodologia

A escola é o espaço onde a criança aprende a conviver com pessoas fora do seu contexto familiar, e essa experiência social é fundamental para desenvolver suas habilidades e capacidades.

Cada escola está inserida em uma comunidade com características específicas, de maneira que as necessidades educacionais diferem de aluno para aluno. Batista e Montoan (2005, p.8), reforçando essa premissa, afirmam:

É na escola que desenvolvemos o espírito crítico, a observação e o reconhecimento do outro em todas as suas dimensões. Em suma, a escola comum tem um compromisso primordial e insubstituível: introduzir o aluno no mundo social, cultural e científico; e todo ser humano, incondicionalmente, tem direito a essa introdução.

As mudanças necessárias para que a escola seja realmente de todos não acontecem por acaso nem por força de leis, mas fazem parte da vontade política do coletivo escolar explicitadas no PPP e vividas por meio de uma gestão democrática. Mantoan (2001) ressalta que a modificação não deve ocorrer somente nas instalações físicas, mas em toda a proposta pedagógica, metodológica e administrativa. Verifica-se que a promoção da inclusão implica identificar e diminuir barreiras em relação à aprendizagem e participação, aumentando recursos que apoiam esses processos. A inclusão começa na escola, através das relações que as crianças apresentam umas com as outras e de como a comunidade escolar a promove.

A educação inclusiva tem sido caracterizada como um “novo paradigma”, que se constitui pelo apreço à diversidade como condição a ser valorizada, pois é benéfica à escolarização de todas as pessoas, pelo respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem e pela proposição de outras práticas pedagógicas, o que exige ruptura com o instituído na sociedade e, conseqüentemente, nos sistemas de ensino.

As colocações a respeito das ações pedagógicas no AEE são claras e pontuais no que se refere aos objetivos desse atendimento, já que não se configuram como substitutivas daquelas empreendidas no espaço da sala de aula comum e não intencionam a realização de reforço escolar. (Turchiello, Silva, Guareschi, 2012, p.58).

Para a definição do plano de AEE o professor precisa ter clareza das necessidades dos alunos a serem atendidos e reconhecer suas habilidades, pois é preciso entender que alunos que apresentam um mesmo diagnóstico não, necessariamente, solicitem a mesma forma de intervenção, já que cada sujeito é único e apresenta maneiras particulares de se relacionar com o ambiente, processar informações e produzir conhecimentos. Assim, o tipo de atendimento a ser organizado para cada aluno, o período e a frequência de cada atendimento, bem como os recursos e serviços a serem



ofertados devem ser definidos tomando como referência a subjetividade de cada aluno e os objetivos traçados no plano de atendimento. (TURCHIELLO, SILVA, GUARESCHI, 2012, p.58)

A diversidade deve ser valorizada, acreditando-se que as diferenças fortalecem e oferecem a todos os envolvidos maiores oportunidades de aprendizagem. Nesse sentido, Mantoan (2003, p.67) sublinha que

[...] a inclusão não prevê a utilização de praticas de ensino escolar especificas para esta ou aquela deficiência e/ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um.

Cabe ao professor do AEE realizar uma avaliação minuciosa das necessidades e potencialidades dos alunos atendidos, para com isso apontar os serviços, recursos e estratégias consideradas pertinentes a cada situação. Tendo em vista esta ação, o plano de atendimento educacional especializado se configura como o documento norteador do trabalho a ser desenvolvido com o aluno, visto que:

Os planos de AEE resultam das escolhas do professor quanto aos recursos, equipamentos, apoios mais adequados para que possam eliminar as barreiras que impedem o aluno de ter acesso ao que lhe é ensinado na sua turma da escola comum, garantindo-lhe a participação no processo escolar e na vida social em geral, segundo suas capacidades. Esse atendimento tem funções próprias do ensino especial, as quais não se destinam a substituir o ensino comum e nem mesmo a fazer adaptações aos currículos, às avaliações de desempenho e a outros. É importante salientar que o AEE não se confunde com reforço escolar (ROPOLI et al., 2010, p.23)

Sabe-se que muitos profissionais ainda desconhecem a existência na Educação Especial, de um campo que se dedica ao estudo das Tecnologias Assistivas, tendo, como uma de suas áreas de investigação, a comunicação alternativa, que permite que alunos com necessidades educacionais especiais com impedimentos de comunicação oral e/ou escrita, se tornem mais participativos nas relações comunicativas e ativos, na construção de seus conhecimentos. (FANTACINI, OLIVEIRA, p.104).

Vivencias e desafios na sala de AEE

As vivencias na sala de Atendimento Educacional Especializado-AEE, ocorreram na Escola Municipal de Educação Básica da Cidade de Jequiá da Praia-AL, durante o período em sala foi



possível realizar ações direcionadas, bem como propostas para o bom desempenho dos alunos em sala regular, em contra partida foi importante perceber o quanto tais ações necessitam de conhecimentos direcionados a proposta do AEE e esses muitas vezes são grandes desafios para o educador em questão.

O ambiente multifuncional não existia no contexto da escola, e novas propostas foram surgindo, a ideia de adequar uma sala, o mobiliário, equipamentos, adaptações de jogos e atividades pedagógicas foram sendo estabelecidas. Percebemos ainda que o ambiente não está totalmente equipado, mas existe o desejo em torna-lo cada vez propício para o público alvo do AEE.

Há a necessidade de se realizar um trabalho sistemático de observação das crianças para, em função delas, proceder-se à organização do espaço. Se o (a) professor (a) souber observar e intervir a partir da lógica da atividade lúdica infantil, descobrirá explorações possíveis, para se obter melhor aproveitamento do brinquedo como mediador das brincadeiras livre e da atividade escolar. (BATTISTEL, 2012,P.143)

Segundo, (Battistel, 2012), não é demais lembrar que a aprendizagem da criança será facilitada pelo uso de atividades lúdicas e significativas para ela e que o uso de tecnologias assistivas é imprescindível.

Tecnologia Assistiva é toda e qualquer ferramenta, recurso ou processo utilizado com a finalidade de proporcionar uma maior independência, qualidade de vida, inclusão social e autonomia à pessoa com deficiência ou dificuldades. Consideram-se TA desde artefatos simples, como uma colher adaptada, ou um lápis com uma empunhadura mais grossa para facilitar a preensão, até sofisticados programas especiais de computador que visam à acessibilidade.

Como se pode notar, “[...] a aplicação da Tecnologia Assistiva na educação vai além de simplesmente auxiliar o aluno a ‘fazer’ tarefas pretendidas. Nela, encontramos meios de o aluno ‘ser’ e atuar de forma construtiva no seu processo de desenvolvimento” (BERSCH, 2006, p.92). Assim, no contexto educacional, a TA abre novos horizontes no processo de aprendizagem.

Uma experiência exitosa no âmbito do AEE

Assim foi desenvolvido um plano de AEE na sala de recurso multifuncional na escola regular do município de Jequiá da Praia-al para uma aluna com síndrome de Down, onde nesse plano eram contidas atividades que contemplassem uma gama de tarefas que trabalhassem as diversas áreas do conhecimento da aluna em questão.

Crianças com síndrome de Down têm um enorme potencial. Elas só precisam de um pouco mais de estímulo para aprimorar as suas habilidades. Por isso a importância das atividades lúdicas.

Visto que o professor do AEE identifica as necessidades e habilidades desse aluno e amplia as dimensões que interferem na aprendizagem do mesmo. Brincadeira e jogos pedagógicos são ótimos para facilitar o aprendizado, já que eles ajudam a criança a se expressar e interpretar situações.

Foi feito um trabalho de escrita do próprio nome com a aluna, que apresentava uma dificuldade significativa na escrita. Foram apresentadas varias estratégias de escrita e mesmo assim não conseguia desenvolver a escrita do seu próprio nome. A repetição é importante nas atividades de alfabetização para crianças com síndrome de Dawn, pois ajuda a fixar o aprendizado.

Selecionado alguns materiais, foi construído um recurso de baixo custo, com uma caixinha de fósforo, uma foto 3x4 e um alfabeto móvel, que foi possível montar um material acessível e facilitador para escrita do próprio nome. Nesse processo percebe-se que a referida aluna tinha facilidade em aprender através da memória visual, daí a estimulação essencial para ser desenvolvida sua escrita, relacionando a imagem a escrita. A interação com imagens amplia a capacidade de aprender, de apreensão de conceitos e é capaz de despertar a criatividade.

O material de baixo custo foi dado o nome de caixinha nominal, confeccionada pela própria aluna com ajuda de sua professora. Virou um prazeroso instrumento de trabalho que facilitou sua escrita, diferenciando da tradicional ficha nominal, nessa além de conter as letras que formam seu próprio nome também contem sua própria imagem, dando uma significância e personalidade própria com uma criatividade única.

Em cima da caixinha foi colada a foto da menina e dentro estavam as letras que componha seu próprio nome. Com esse material foi possível realizar a escrita do seu nome nas atividades apresentadas no âmbito do AEE, e levada para sala de aula regular pra também ser utilizada da mesma forma. Através dessa caixinha também foi possível trabalhar a escrita, coordenação motora fina e grossa, alto imagem, conhecer a si mesmo, respeitar a própria identidade, promover sua autoestima e autoconfiança e uma gama de outras atividades foram criadas através dela. Foi propicio ampliar gradativamente suas possibilidades de comunicação oral e escrita.

Junto com as figuras ou fotos, emprega-se também a oralidade de maneira clara e objetiva. Sartoretto e Bersch (2010, p.25) entendem que, “[...] qualquer que seja a fonte para a obtenção de símbolos gráficos, é importante que a escolha desse símbolo seja feita com o usuário, ou confirmada por ele, e a partir de então, seja padronizada”.

Sabemos hoje, a partir dos pressupostos Vygotskyanos, que precisamos e devemos utilizar recursos pedagógicos, variados para a realização das atividades pedagógicas, respeitando, sempre, as especificidades individuais de nossos alunos e utilizando o material concreto.



Vygotsky nos fala que quando não conseguimos realizar sozinho determinada tarefa, mas faço com ajuda de outros, demonstro que meu nível de desenvolvimento proximal já apresenta aspectos, noções e conceitos acerca da aprendizagem. Portanto, o nível de desenvolvimento mental de um aluno não pode ser determinado apenas pelo que consegue produzir de forma independente, é necessário conhecer o que ele consegue realizar com a ajuda de outras pessoas.

Com isso, também cabe aos educadores o desejo da busca por novas formas de adaptar os conhecimentos propiciando uma ampla visão o olhar diferenciado para esse aluno e propostas de um ambiente inclusivo e adequando a cada demanda dentro da sala de AEE.

Conforme cita Prieto (2008, p.42-43) à medida que as soluções vão sendo estruturadas para enfrentar as barreiras impostas à aprendizagem dos alunos, barreiras essas que sempre existirão porque haverá novos ingressantes e, mesmo os alunos já existentes trarão sempre desafios cujas as respostas atuais podem não ser suficientes.

Batista e Mantoan (2005,p.26) revelam a importância desse atendimento, quando afirma que: O atendimento educacional especializado garante a inclusão escolar de alunos com deficiência, na medida em que lhes oferece o aprendizado de conhecimento, técnicas, utilização de recursos informatizados, enfim, tudo que difere dos currículos acadêmicos que ele aprenderá nas salas de aula das escolas comuns. Ele é necessário e mesmo imprescindível, para que sejam ultrapassadas as barreiras que certos conhecimentos, linguagens, recursos, apresentam para que os alunos com deficiência possam aprender nas salas de aula comum do ensino regular. Portanto, esse atendimento não é facilitado, mas facilitador, não é adaptado, mas permite ao aluno adaptar-se às exigências do ensino comum, não é substitutivo, mas complementar ao ensino regular.

Conclusão

A escola é um dos segmentos da sociedade que deverá redesenhar-se para atender a todos. O novo desenho da escola não se restringe à sua estrutura física e aos materiais disponibilizados para a aprendizagem, pois é uma escola desenhada para todos é aquela que reconhece que cada aluno é diferente e o seu desafio consiste em valorizar estas diferenças para o enriquecimento da ação pedagógica. (BERSCH e MACHADO, 2012 p.87).

Mantona nos diz que sabemos que alunos com e sem deficiência, que foram e são ainda excluídos das escolas comuns, devem estar inseridos nessas escolas, e há muito tempo, ou seja, desde que o ensino fundamental é obrigatório para os alunos em geral. Se os pais, professores, dirigentes educacionais não tinham conhecimento do direito de todos à educação comum, há hoje



documentos e uma ação corajosa do movimento escolar inclusivo que estão cumprindo o seu dever de alertar os educadores e os pais nesse sentido.

As mudanças a ser implantadas devem ser assumidas como parte da responsabilidade tanto da sociedade civil quanto dos representantes do poder público, pois se, por um lado, garantir educação de qualidade para todos implica somar atuações de várias instâncias, setores e agentes sociais, por outro, seus resultados poderão ser desfrutado por todos, já que a educação escolar pode propiciar meios que possibilitem transformações na busca da melhoria da qualidade de vida da população. E isso é de interesse de todos! (PRIETO 2006,p.69).

Referências

BATISTA, C. A. M.; MONTOAN, M. T. E. Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental. Brasília: MEC, SEESP, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf>. Acesso em: 31 out. 2016.

BERSCH, R. Atendimento educacional especializado: formação continuada de professores para atendimento educacional especializado. Brasília, DF: MEC/SEESP/SEED, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_df.pdf. Acesso em: 17 set. 2016.

FRIEDMANN, Adriana. Brincar, crescer e aprender- o resgate do jogo infantil. São Paulo: Moderna, 1996

_____. Introdução à tecnologia assistiva. Porto Alegre: Centro Especializado em Desenvolvimento Infantil, 2008. Disponível em: <http://www.assistiva.com.br/Introducao%20TA%20Rita%20Bersch.pdf>. Acesso em: 24 set. 2016.

_____. Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha. In: M. T. E. MANTOAN; R. G. PIETRO (orgs.) Inclusão escolar: portos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

MACHADO, A.M. (2006). Educação Inclusiva: de quem e de quais práticas estamos falando? Em C.R. Baptista (Org.), Inclusão e Escolarização: múltiplas perspectivas. Porto Alegre: Mediação.

MOTTA, M.P.; TAKATORI, M. A assistência em terapia ocupacional sob a perspectiva do desenvolvimento da criança. In: CARLO, M.M.R.P.; BARTALOTTI, C.C. Terapia Ocupacional no Brasil: fundamentos e perspectivas. São Paulo: Plexus Editora. 2001.

MAZZOTTA, M. J. Silveira. Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas. 5ª Ed. São Paulo. Cortez, 2005.

MENEZES, Eliana da Costa Pereira. Informática e Educação Inclusiva: Discutindo Limites e Possibilidades. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2006.

MENDES, S. R. A Formação Continuada de Professores e o Desafio de Romper com os Modelos Padronizados. 25º Reunião da ANPED, 2002. GT 8. Disponível em <www.anped.org.br>. Acesso em 15 nov. 2006.

MONTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 4 de 2 de outubro de 2009. Institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial. Brasília, DF, 2009. Disponível em: Acesso em: 21 set. 2016.

_____.; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. Coordenação de Antônio Joaquim Severino, (Selma Garrido Pimenta). 4. ed. São Paulo: Cortez. 2007. (Coleção docência em formação)

PRIETO, Rosângela Gavioli. Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In: ARANTES, Valéria Amorin. (Org.). Inclusão escolar. São Paulo: Summus, 2006. p. 31 – 73

Presidência da República. Convenção da Organização dos Estados Americanos. Decreto nº 3.956 de 08 de outubro de 2001. Promulga a convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência. Brasília, DF, 2001. Disponível em: Acesso em: 21 set. 2016.

SASSAKI, R. K. Inclusão. Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

VYGOTSKY, L. S. Pensamento e Linguagem. S.P.: Martins Fontes Editora, 1991.

MORAN, J. M. Mudanças na comunicação pessoal: gerenciamento integrado da comunicação pessoal, social e tecnológica. São Paulo: Paulinas, 1998.